

### Formulário de Resposta aos recursos - CES S02 AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

| Questão                                | Justificativa   | Conclusão<br>(Deferido ou Indeferido) | Resposta Alterada para: |
|--|---|---------------------------------------|-------------------------|
| TIPO 1: 32<br>TIPO 2: 36<br>TIPO 3: 38 | <p>Mantém-se o gabarito: alternativa A. Na assertiva III, a redação não deixa margem para “leitura alternativa” que a torne verdadeira, pois vincula expressamente o regime jurídico do preço público à “natureza tributária”, concluindo, por consequência, pela incidência da anterioridade e pela necessidade de lei instituidora em sentido estrito. Ainda que se admita, em abstrato, que a Administração dependa de autorização legal para cobrar determinados preços públicos, isso não transforma preço público em tributo nem atrai o regime constitucional-tributário. A assertiva afirma exatamente o que é tecnicamente incompatível com o instituto: preço público é contraprestação negocial pela fruição de serviço ou bem em regime não tributário, ao passo que tributo (como taxa) decorre de imposição legal, com sujeição a princípios como anterioridade quando cabível. Logo, o item é objetivamente falso pelo fundamento que ele mesmo enuncia. Também não procede a tentativa de validar a assertiva V por “origem patrimonial”. O critério determinante não é a palavra utilizada no enunciado, mas a classificação econômico-orçamentária consolidada: alienação de bens imóveis é receita de capital, na rubrica de alienação de bens, por corresponder à conversão de ativo em ingresso financeiro, e não à obtenção de renda patrimonial corrente. Receita patrimonial (corrente) refere-se a frutos e rendimentos do patrimônio em uso, como aluguéis, juros, dividendos e arrendamentos, o que é distinto de alienação. Assim, mantêm-se corretas apenas as assertivas I, II e IV, sendo inadequada a alternativa E por incluir itens materialmente incorretos.</p> | INDEFERIDO                            | GABARITO MANTIDO        |

|  |   |            |                  |
|--|---|------------|------------------|
| TIPO 1: 33<br>TIPO 2: 32<br>TIPO 3: 31 | <p>Mantém-se o gabarito: alternativa D. Não há vício de formulação. O enunciado pede duas coisas ao mesmo tempo, e isso é perfeitamente possível: (1) caracterizar o regime de competência e (2) apontar a evidenciação mínima que dá suporte à verificação de receitas e provisões quando se cruzam documentos fiscais com demonstrações contábeis. A alternativa D é a única que cumpre os dois requisitos: descreve competência corretamente (“receitas quando auferidas e despesas quando incorridas”) e indica o mínimo de divulgação/lastro informacional que permite checagem e entendimento de receitas e provisões (políticas contábeis, critérios de mensuração e incertezas relevantes, além de provisões por estimativas razoáveis). Isso está alinhado à Lei 6.404/76 ao tratar de escrituração por competência e do dever de notas explicativas com informações necessárias para clareza e verificabilidade, bem como aos princípios e práticas contábeis de mensuração e divulgação. A objeção do candidato (“competência é conceito objetivo e não envolve mensuração/divulgação”) não procede no contexto do comando. Reconhecer por competência é o critério de oportunidade do registro; já a verificação de receitas e provisões exige, necessariamente, bases de mensuração e transparência sobre julgamentos e estimativas (especialmente em provisões). Por isso o enunciado inclui “e a evidenciação mínima”, e a letra D é a única que responde a esse segundo aspecto. As alternativas A e E descrevem regime de caixa e restringem notas explicativas a itens irrelevantes; B confunde competência com orçamento/ordem de pagamento; C mistura reconhecimento após recebimento e “média histórica automática” sem política e sem incertezas. Logo, há resposta única, correta e suficiente: letra D.</p> | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |
| TIPO 1: 37<br>TIPO 2: 38<br>TIPO 3: 39 | <p>Mantém-se o gabarito: alternativa B. A alternativa C é tecnicamente incorreta em dois pontos centrais: primeiro, ela afirma que “lei que agrava multa alcança infrações pretéritas pendentes”, o que contraria diretamente o CTN, que só admite retroatividade benigna em matéria sancionatória, isto é, a aplicação da lei posterior quando deixe de definir a infração, deixe de tratá-la como contrária a exigência de ação ou omissão, ou comine penalidade menos severa, desde que não haja decisão definitiva. Segundo, ao dizer que a norma interpretativa “não utiliza fatos já ocorridos para uniformizar entendimento do período anterior”, a alternativa nega justamente o efeito reconhecido pelo CTN às leis interpretativas, que podem alcançar atos e fatos pretéritos, desde que não criem ou agravem obrigação, penalidade ou tributo. Portanto, mesmo</p>  | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |

|   |  |            |                  |
|---|--|------------|------------------|
|   | <p>que a fundamentação do candidato descreva corretamente a diferença entre norma interpretativa e norma inovadora, o texto da alternativa C não incorpora essa conclusão, e sim o oposto, além de introduzir uma retroatividade maléfica expressamente vedada. Já a alternativa B aplica corretamente, de forma objetiva, as regras do CTN sobre lei no tempo e retroatividade benigna: (i) lei que reduz penalidade alcança infrações anteriores ainda não definitivamente julgadas, e (ii) lei que institui ou majora tributo projeta efeitos apenas para fatos geradores posteriores à sua vigência, respeitado o regime constitucional de anterioridade quando aplicável. Não há “dúvida” relevante na redação da alternativa B, porque ela separa claramente dois comandos distintos do CTN: a retroatividade benigna para penalidades e a irretroatividade para criação/majoração de tributos em relação a fatos geradores já ocorridos. Assim, mantém-se o gabarito preliminar na alternativa B, inexistindo fundamento técnico para acolher a alternativa C.</p>  |            |                  |
| <p>TIPO 1: 38<br/>TIPO 2: 33<br/>TIPO 3: 34</p> | <p>Mantém-se o gabarito: alternativa C. A alternativa descreve corretamente a hipótese de incidência da taxa ao afirmar “uso, efetivo ou potencial, de serviço específico e divisível” e também ao mencionar o exercício do poder de polícia, exatamente nos termos clássicos do CTN. A expressão “uso, efetivo ou potencial” já incorpora a ideia de prestação ou colocação à disposição do contribuinte, que é o núcleo do conceito, não havendo omissão relevante. Quanto ao preço público, a alternativa C é tecnicamente adequada ao qualificá-lo como de natureza contratual (facultativa), distinta de tributo. O fato de haver disciplina por ato normativo não o transforma em tributo nem cria ambiguidade, pois a diferença central permanece: preço público não deriva de poder de império com compulsoriedade típica dos tributos. Por fim, a contribuição de melhoria está corretamente vinculada a obra pública e ao limite global (custo total). Mesmo que a norma também preveja limite individual (valorização do imóvel), a alternativa não se torna incorreta por não detalhar todos os requisitos. Em prova objetiva, basta que a descrição seja verdadeira e distintiva, e a letra C é a única que reúne corretamente natureza e elementos essenciais das três espécies.</p> | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |

|  |   |            |                  |
|--|---|------------|------------------|
| CES S02_09<br>TIPO 1: 39<br>TIPO 2: 35<br>TIPO 3: 33 | Mantém-se o gabarito: alternativa E. A questão já fornece o dado determinante para a escolha do marco decadencial: “varia conforme a existência de pagamento antecipado”. É exatamente o recorte clássico do CTN para lançamento por homologação. Havendo pagamento antecipado, aplica-se o art. 150, §4º (prazo a partir do fato gerador). Inexistindo pagamento antecipado, aplica-se a regra geral do art. 173, I (primeiro dia do exercício seguinte). A entrega ou não de declaração não altera essa chave básica na forma como o item foi construído e, de todo modo, não autoriza as alternativas propostas em B (prazo a partir da homologação) nem cria novo marco “processual” como auto de infração. Logo, não há ambiguidade relevante: o enunciado delimita o critério (“pagamento antecipado”) e a alternativa E é a única que apresenta corretamente a regra do CTN para os dois cenários. | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |
|--|---|------------|------------------|

| Questão                                | Justificativa   | Conclusão (Deferido ou Indeferido) | Resposta Alterada para: |
|--|---|------------------------------------|-------------------------|
| TIPO 1: 44<br>TIPO 2: 42<br>TIPO 3: 40 | Mantém-se o gabarito na alternativa E. O CTN dispõe que: obrigação principal surge com o fato gerador e tem por objeto tributo ou penalidade pecuniária (art. 113, §1º); obrigação acessória decorre da legislação tributária e consiste em prestações positivas ou negativas no interesse da arrecadação ou fiscalização (art. 113, §2º); o descumprimento da obrigação acessória converte-se em principal relativamente à penalidade pecuniária (art. 113, §3º). O CTN também diferencia obrigação de crédito: o crédito decorre da obrigação (art. 139) e é constituído pelo lançamento (art. 142). A alternativa B é incorreta porque atribui o surgimento da obrigação principal ao lançamento notificado, confundindo obrigação tributária (que nasce com o fato gerador) com crédito tributário (constituído pelo lançamento). Além disso, ela erra ao afirmar que a obrigação acessória surge com a inscrição em dívida ativa e que a conversão em principal dependeria de execução fiscal e trânsito em julgado, o que contraria o art. 113, §§2º e 3º do CTN. Quanto ao argumento de “parcela de veracidade doutrinária” sobre o lançamento, ele não se aplica ao objeto do item: ainda que | INDEFERIDO                         | GABARITO MANTIDO        |

|  |  |            |                  |
|--|--|------------|------------------|
|  | <p>haja debate sobre o lançamento na constituição do crédito, isso não altera a definição legal do CTN sobre o momento de surgimento da obrigação principal (art. 113, §1º). Síntese das demais alternativas: A: inverte os conceitos de principal e acessória e vincula o surgimento ao lançamento, contrariando o art. 113. C: relaciona o nascimento à publicação da lei, em desacordo com o art. 113, §1º. D: condiciona a obrigação principal à homologação, restringe a acessória e nega a conversão em principal, contrariando o art. 113, §§1º a 3º. Conclusão: A alternativa E é a única plenamente compatível com as definições do CTN, sem confusão entre obrigação e crédito e com a correta previsão de conversão da acessória em principal quanto à penalidade.</p>  |            |                  |
| TIPO 1: 45<br>TIPO 2: 43<br>TIPO 3: 41 | <p>Mantém-se o gabarito na alternativa A. A Lei Complementar nº 116/2003, no art. 1º, define o campo de incidência do ISS como a prestação de serviços constantes da lista anexa. Em prova objetiva, a expressão “serviços definidos em lei complementar” funciona como síntese fiel desse recorte normativo, que delimita o critério material do tributo. Não há confusão relevante para o comando da questão, que pediu a combinação correta segundo a LC 116/2003.</p> <p>“Competência” e alegada ambiguidade (legislativa x ativa)<br/>           Para fins tributários, a competência do ISS é municipal, nos termos do art. 156, III, da Constituição Federal. A LC 116/2003 é norma geral, editada sob a competência da União para veicular normas gerais em matéria tributária (art. 146, III, da CF), sem deslocar a competência municipal para instituir e exigir o imposto. No contexto do item, “competência” refere-se à competência tributária do ente para o ISS, não havendo dupla interpretação capaz de tornar correta alternativa diversa.</p> <p>A base de cálculo do ISS, pela regra geral da LC 116/2003, é o preço do serviço (art. 7º, caput). As hipóteses específicas tratadas na própria lei não eliminam essa definição geral nem justificam afirmar que a base seria “receita bruta” com abatimentos obrigatórios, “valor agregado”, “pauta oficial” ou “dedução automática de insumos”, como fazem as alternativas incorretas. A alternativa A</p> | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |

|  |   |  |  |
|--|---|--|--|
|  | é a única que combina, corretamente, incidência, competência e base de cálculo segundo a LC 116/2003. |  |  |
|--|---|--|--|